

Arrocho de salários é inaceitável!

Os desmandos da gestão anterior, com a subserviência do Co, não serão postos na conta do corpo da universidade

Estarrece o observador atento a “surpresa” com a propalada crise financeira e econômica da USP, que gerou cortes profundos e contingenciamento nos recursos das unidades, ensejando a suspensão da contratação de docentes e funcionários, entre outras medidas adotadas pela atual gestão da Reitoria. No *Informativo Adusp* 368, de 28/8/13, alertávamos:

“Cabe, no entanto, uma pergunta ao fim da atual gestão: a curto e médio prazos, haverá um equilíbrio das contas da USP? Haverá progressão horizontal de docentes e promoções decorrentes da avaliação de funcionários com a mesma flexibilidade — e inconsistências — que marcou as primeiras etapas desses processos? Haverá reposição dos claros decorrentes de aposentadorias? Como fica a preservação dos salários contra o desgaste inflacionário? Essas perguntas são per-

tinentes, [...] enquanto na Unesp e na Unicamp o aumento do comprometimento entre 2009 e 2013 foi de 5,5% e 6,8%, respectivamente, na USP este aumento atingiu o valor de 25,1%. É evidente que o atual nível de comprometimento somente é possível em virtude das reservas financeiras acumuladas em períodos anteriores.”

Estes dados eram todos públicos e de fácil acesso. A alegação de desconhecimento ou surpresa por parte da atual gestão é, portanto, inaceitável.

Em geral, a solução adotada em “tempos difíceis” é a de financiar a operação da máquina estatal, das universidades e das empresas via arrocho de salários. Enfrentemos, decididamente, qualquer tentativa de obter “equilíbrio” das contas das universidades às custas do poder aquisitivo dos modestos salários dos docentes,

especialmente daqueles em início de carreira.

A propósito: não seria hora de uma investigação profunda e crítica das contas da gestão J. G. Rodas?

O Fórum das Seis propõe às assembleias de docentes e funcionários reivindicar na data-base de maio/14 a reposição inflacionária do ano que passou pelo ICV-Dieese (cerca de 6%), com nova negociação salarial em setembro/outubro/14. Este é o limite da nossa tolerância com os desmandos da gestão anterior, que consideramos responsabilidade da atual esclarecer.

E as providências? Há anos o Fórum das Seis insiste em três pontos:

- Inclusão na base de cálculo dos 9,57% da receita da Habitação e da dívida ativa (débitos devidos por empresas pelo não pagamento do ICMS);
- Aumento, na LDO, do percentual destinado às universidades estaduais paulistas, bem como a destinação de, no mínimo, 33%

da receita tributária para a Educação Pública;

• Luta para promulgação de lei complementar destinando um percentual do total da receita de impostos do Estado, incluindo todas as transferências federais, em particular a receita proveniente do Imposto de Renda dos servidores públicos (que fica nos cofres do Tesouro Estadual), às universidades estaduais paulistas. Evidentemente, este percentual deve ser, no mínimo, equivalente aos atuais 9,57% da receita própria de ICMS.

Indaga-se: as reitorias e conselhos universitários das universidades estaduais paulistas, em particular da USP, irão entrar nesse embate? Até hoje, não tomaram providência alguma neste sentido. Serão os docentes, estudantes e técnico-administrativos, bem como o adequado funcionamento das atividades-fim das universidades que “pagarão a conta”?

Lutaremos, por todos os meios legítimos ao nosso dispor, contra esta política anti-universitária!

Propostas do Fórum das Seis para a campanha de data-base

Conforme nossa prática há muitos anos, o Fórum das Seis, reunido no dia 11/3/14, na sede da Adusp, elaborou proposta de pauta unificada do corpo das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, a ser discutida nas assembleias de cada categoria até o dia 21/3, com nova reunião do Fórum no dia 25/3 para consolidar as deliberações dessas assembleias.

A íntegra da proposta será distribuída na nossa assembleia geral de 19/3, quarta-feira, às 17h no Anfiteatro A5 do Instituto de Geociências e pode ser encontrada em <http://bit.ly/1i9ypFe>. Alguns de seus principais eixos são:

- Respeito à liberdade de organização e manifestação e luta contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Rejeição veemente a qualquer forma de arrocho, reivindicando reajuste salarial de acordo com o ICV-Dieese em maio/14, correspondente ao período de maio/13 a abril/14, com nova negociação salarial em setembro-outubro de 2014;
- Estabelecimento de uma agenda de reuniões com o Cruesp para debater SPPrev e planos de aposentadoria complementar;
- Defesa da ampliação dos recursos para políticas de perma-

nência estudantil;

- Garantia de condições adequadas de trabalho e estudo, em particular pela contratação de docentes e técnico-administrativos de forma a atender às demandas definidas pelas unidades e demais órgãos institucionais;
- Luta para incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 33% do total da receita de impostos para Educação Pública e repasse integral às universidades estaduais paulistas do percentual do ICMS definido na LDO, sem o desconto anterior da Habitação e dos recursos advindos do pagamento da dívida ativa (débito pelo não re-

colhimento do ICMS) do setor produtivo e de serviços com o Estado;

- Aprimoramento do caráter público dos Hospitais Universitários (HU), com reversão de toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para melhoria do atendimento à população, para a contratação de pessoal condizente com as demandas existentes nos HU, bem como para o exercício de seu importante papel na manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na área da Saúde.

Assembleia Geral, 19/3, 4ªf, 17h, Aud. A5 da Geociências

PAUTA: Campanha Salarial • EACH • Agenda política (democratização, orçamento...)

Funcionários e docentes do Ceeteps recusam PLC 7/2014 e exigem nova carreira

Em greve desde 17/2, funcionários e professores das Etecs e Fatecs, que integram o Centro Estadual de Ensino Técnico Paula Souza (Ceeteps), estão exigindo um novo plano de carreira para a categoria. A adesão à greve já conta com 103 unidades das 267 escolas que compõem o Ceeteps e que abrigam um total de 150 mil estudantes e 23 mil professores e funcionários em todo o Estado.

O projeto do novo plano de carreira para os funcionários e professores do Ceeteps vem sendo elaborado desde 2011, em conjunto com o Sindicato da categoria, o Sinteps. Após a greve realizada naquele ano, o governo do Estado se comprometeu a encaminhar o projeto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), mas até o fim de 2013 isso ainda não havia acontecido. Em resposta ao descaso do governador, a categoria resolveu entrar em greve novamente.

No dia 28/2, depois de 11 dias de greve, finalmente Geraldo Alckmin apresentou o projeto na Alesp. Mas, para a surpresa dos trabalhadores das Etecs e Fatecs, o projeto apresentado (PLC 07/2014) não era o que vinha sendo negociado com a cate-

goria. Deste projeto foram excluídas ou alteradas cláusulas que garantiam, entre outras coisas, a licença-maternidade para as gestantes contratadas sob as normas da CLT; a sexta-parte do salário a que tinham direito funcionários que completassem 20 anos de serviço público; o auxílio alimentação; e o reconhecimento dos anos de trabalho dos servidores técnicos. O projeto apresentado também rebaixou as tabelas salariais, chegando até a 30% a menos do que o negociado com o Sinteps para algumas funções.

Emenda. Diante dessa situação, a categoria resolveu permanecer em greve até que o projeto original seja aceito pelos deputados. Para isso, o Comando Geral de Greve, no dia 6/3, elaborou uma emenda ao anteprojeto de lei apresentado pelo governador, na qual constam os itens excluídos. Na emenda, apresentada pelo Sinteps, a categoria afirma: “Não existe outra opção aos trabalhadores senão manter a greve e conquistar a adesão de mais e mais trabalhadores. Todos foram prejudicados com o projeto encaminhado pelo governador. A maneira de trazer de vol-



Foto: Bahiji Hajji

ta o que o governo tirou dos trabalhadores é através de emendas ao projeto”.

Já foram realizados dois grandes atos durante a greve. O primeiro, em 25/2, contou com 2.500 manifestantes, segundo estimativa do Sinteps. A passeata saiu do Vão Livre do Masp e foi até a Secretaria do Planejamento, para pressionar o responsável pela elaboração do projeto apresentado pelo governador, Júlio Semeghini. O segundo ato aconteceu em 11/3

e caminhou do Vão Livre do Masp até a Assembleia Legislativa. Um próximo ato foi marcado para 19/3, em frente à Alesp, onde já estão ocorrendo vigílias diárias de diretores do Sindicato.

Também estão sendo averiguadas pelo sindicato denúncias de assédio moral, por ameaças feitas pela direção do Ceeteps a trabalhadores grevistas. A este respeito, o Comando Geral de Greve aprovou, em 12/3, que o Sinteps entre com ação judicial contra o Ceeteps.

RISCOS NA EACH

Ao contrário do que diz a SEF, explosões por metano não se limitam a minas de carvão

A Superintendência do Espaço Físico (SEF-USP) insiste que os casos conhecidos de explosões provocadas por metano resumem-se aos ocorridos em minas de carvão. Não haveria casos de explosão na superfície, em prédios, ou seja, em condições similares às existentes no *campus* da EACH.

Trata-se de tentativa de convencer a comunidade da EACH de que ali não há risco real. No entanto, rápida pesquisa na Internet revela a ocorrência de episódios de explosão relacionados à presença desse gás em áreas urbanas, prédios e equipamentos. Selecionamos alguns casos:

Niterói. Em 2010, no “lixão” do Morro do Bumba, sobre o qual havia uma favela, uma explosão causou a morte de 48 pessoas. Vide <http://goo.gl/lCSGvK> e reportagem da TV Bandeirantes em <http://goo.gl/p5gzwj>.

Los Angeles. Bem ilustrativa foi a explosão de uma loja de departamentos de Los Angeles (Estados Unidos), construída sobre solo de aluvião, que foi pelos ares em 1985, provocando ferimentos e a hospitalização de 23 pessoas: <http://goo.gl/qs1okK>.

Cidade do México. A sede da petrolífera Pemex, na Cidade do México, explodiu em 2013. “Acreditamos fortemente que foi metano, não outro combustível”, disse Brian Dunagen, vice-presidente da empresa suíça SGS. Este perito independente explicou que o metano “é um gás muito leve, inodoro, que, se alcançar concentrações superiores a 5-10 %, pode produzir explosões facilmente com qualquer faísca”. Aparentemente foi o que aconteceu no edifício B2 da Pemex, de 12 andares,

construído em 1968, no qual trabalhavam 1.800 pessoas. “As explosões de gás metano são muito comuns. Ocorrem em minas, na drenagem e especialmente em edifícios onde o gás se acumula. Esta parece que foi acidental e ainda estamos tentando determinar como foi que o gás entrou no edifício e se acumulou”, declarou Dunagen, segundo a Exame (<http://goo.gl/L7UClz>).

Outros. Em abril de 2013, uma estação de tratamento de água em Dexter (Estados Unidos) explodiu, causando a morte de uma pessoa e ferimentos em outra (<http://goo.gl/osjPku>). Em janeiro de 2014 ocorreu o mesmo em uma estação de tratamento de água em Pickering (Canadá), mas sem vítimas (<http://goo.gl/j7BM7j>). Em ambos os casos, o acúmulo de metano foi apontado como causa.

Deliberações da Assembleia dos Docentes da EACH de 14/3

1. Lutar para que a determinação judicial seja cumprida e que a Reitoria providencie local adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (“Plano B”);

2. Organizar ida coletiva à Reitoria e à Assembleia Legislativa para conquistar esse “Plano B”;

3. Realizar nova assembleia no dia 21/3, em local a ser definido.

“Plano B” para EACH continua distante e movimento debate os próximos passos

A assembleia geral da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) realizada na manhã de 10/3 no Auditório da História, no *campus* do Butantã, com a participação numerosa de docentes, estudantes e funcionários, mostrou que cresce a indignação com as atitudes dúbias da nova gestão reitoral no tocante ao descalabro imposto à unidade, que desembocou na interdição judicial do *campus* leste em janeiro último.

O descumprimento da promessa do reitor Marco Antonio Zago de que o ano letivo de 2014 teria início em 10/3, qualquer que fosse o local das aulas, bem como a fixação de uma nova data, 24/3, apostando na desinterdição e sem que a USP tenha providenciado um local alternativo para abrigar provisoriamente a EACH, foram objeto de forte crítica por vários docentes engajados no movimento.

Também foi destacado o fato de que a Reitoria tem descartado a opinião dos membros da Comissão Ambiental da unidade, criada por portaria do reitor na gestão anterior, com a atribuição expressa de participar das decisões relacionadas aos problemas ambientais da EACH. Foi relatado que a Superintendência do Espaço Físico (SEF) toma decisões unilaterais e formula documentos sem a participação da Comissão Ambiental.

Petição da Adusp. Na assembleia, o professor Francisco Miraglia, diretor da Adusp, apresentou os termos da petição que a entidade encaminhou à 2ª Vara da Fazenda Pública em 6/3. Nesse documento, a Adusp manifesta seu entendimento de que “as ações que a USP alega já terem sido empreendidas para as regularizações ambientais pertinentes, na verdade, se revelam insuficientes e incipientes a fim de dar efetividade às exigências impostas pela Cetesb”.

A petição cita como exemplo o auto de inspeção lavrado pela Cetesb em 8/1/2014, segundo o qual não foi apresentada “a comprovação do recobrimento de todas as áreas permeáveis do solo do *campus* da USP Leste da Gleba I com solo livre de contaminação e plantio de gramíneas, o que poderá acarretar novas sanções legais”.

Crítica a constituição, pela Reitoria, “sem qualquer interlocução com a comunidade da EACH a esse



Fotos: Daniel Garcia

Assembleia geral de 10/3, realizada no Auditório de História

propósito”, da chamada Comissão de Notáveis, por sobrepor-se às competências da Comissão Ambiental e do Grupo de Trabalho Técnico, já existentes (Portarias 6388 e 6389 de 2013), e deslegitimá-las.

Por fim, reforça a grave advertência da Comissão Ambiental quanto ao risco de um eventual retorno ao *campus* leste sem que tenham sido tomadas todas as medidas preventivas e de remediação recomendadas pela Cetesb, expressando a preocupação da Adusp “em caso de desinterdição próxima do *campus* sem as providências adequadas para garantir a saúde e a segurança da comunidade” (vide íntegra da petição em <http://goo.gl/uacDKe>).

Questionamentos. A discussão sobre os próximos passos da luta e sobre o “Plano B” revelou que há um grupo, no movimento, que apoia a desinterdição imediata, portanto sem que haja a implantação completa das medidas determinadas pela Cetesb. Nesse sentido, alguns professores se disseram contrários à petição apresentada pela Adusp, considerada por eles “intempestiva”.

O professor Andrea Cavicchioli manifestou ser “um tiro no pé apoiar a interdição”, enquanto o professor Alessandro Silva alegou que a petição foi encaminhada “sem que a assembleia fosse consultada”. Já a professora Graziela Perosa propôs a retirada da petição: “Deveríamos apoiar a Reitoria na desinterdição”, disse.

Vários dos presentes, porém, defenderam a petição e o acerto de seu encaminhamento. A professora Adriana Tufaile, diretora

da Adusp e participante de primeira hora do movimento da EACH, informou que a iniciativa foi solicitada pela Comissão Ambiental. “A gente tinha pressa, porque a juíza deu um despacho e tínhamos a informação de que a USP poderia levantar a desinterdição no dia 6. Os membros da Comissão Ambiental têm essa prerrogativa”. Ela recordou que “em praticamente todas as assembleias surge pedido de intervenção judicial da Adusp”, e que a vitória realizada pelo Corpo de Bombeiros também foi solicitada pela Adusp, a pedido de uma assembleia anterior.

“Nossa compreensão do movimento da EACH não é interdição versus desinterdição. É obtenção de condições dignas e saudáveis de trabalho na EACH”, explicou o professor Miraglia, respondendo às críticas em nome da Adusp. “A assembleia da Adusp tomou a decisão de defender os docentes e a comunidade da EACH”.

Ele leu os trechos finais da petição, enfatizando que “não há, por parte desta entidade representativa, qualquer oposição à liberação do *campus*, é bem verdade que gostaríamos muito que não tivesse sido necessária tal medida, e bem melhor seria se a comunidade pudesse retornar às suas atividades rotineiras confortavelmente”, mas “não antes de se afastar os riscos imediatos e mediatos para o retorno dessas atividades, condição essa que, infelizmente, a Administração da Universidade não logrou demonstrar ter alcançado ou estar próxima de alcançar”.

A professora Bete Franco, que coordenou a assembleia, acrescentou que a Comissão de Mobilização



Fabiana Pioker

apoiar a petição da Adusp. A funcionária Fabiana Pioker, em uma intervenção contundente, disse ter perdido totalmente a confiança na Reitoria: “Participei da elaboração da petição, concordo com ela e assinaria novamente”, destacou.

“Lance midiático”. Muitas das intervenções na assembleia consolidaram a avaliação de que a atual gestão da Reitoria repete erros da gestão precedente, e de que seria um grave equívoco desinterditar o *campus* leste e retomar as atividades sem atender às 13 exigências da Cetesb: “Que mal há em lutar por um *campus* que seja saneado ambientalmente?”, indagou o professor Marcos Bernardino de Carvalho, da Comissão Ambiental, para acrescentar: “Chamar uma Comissão de Notáveis é um lance midiático. Há alguém mais habilitado para opinar sobre os problemas ambientais da EACH do que o Grupo Técnico?” Por fim, opinou que “não há hipótese de esse *campus* ser desinterditado num horizonte próximo”.

A professora Michele relatou haver conversado com técnicos da Weber Ambiental (empresa con-

tratada pela USP para substituir a Servmar), os quais “estão assustados porque estão encontrando muito metano” logo abaixo do piso, e chamou atenção para a questão da segurança: “Não sei que riscos estou correndo na EACH, porque não temos uma avaliação de risco do *campus* tudo”.

“Quero voltar para a EACH, estudar na Zona Leste, mas estudar com qualidade e segurança”, disse Bia Michele, estudante de pós-graduação. “Rodas foi totalmente negligente. Zago, mesmo aberto ao diálogo, também se mostra negligente. A USP é incapaz de conseguir um espaço para a EACH?”

Outro aluno da EACH, Daniel Vartanian, procurou dialogar com os docentes que defendem a volta imediata ao *campus* contaminado e passível de explosões, dirigindo-se diretamente a eles: “Vocês são doutores. Vocês chegaram a ver os laudos, a juíza decidindo a favor da interdição. Como é possível alguém pensar que estava tudo bem? [Antonio] Massola, [ex-dirigente] da SEF, é doutor da Poli, no entanto todas as construções da EACH são irregulares. A gente vai voltar, vai se acomodar a essa situação?”

“Cadê a Poli?” O professor Alberto Tufaille relatou sua conversa com Zago, quando da visita deste à EACH com a Comissão de Notáveis: “O reitor colocou que não estava sabendo como resolver”. Ele lembrou que foi a própria Reitoria (SEF), ao colocar a placa de interdição da área do aterro ilegal em 2013, quem alertou para o grave problema da contaminação do *campus*. Zago “falou grosso” que as aulas começariam em 10/3, mas não cumpriu, assinalou o docente. Em outra intervenção, fez referência ao anúncio da Reitoria, na gestão de J.G. Rodas, de que a Escola Politécnica abriria cursos no *campus* leste: “Cadê a Poli, gente?”

A professora Bete Franco chamou o movimento a manter e “costurar uma unidade”. Diferenças de posição não podem virar ataque pessoal, advertiu. Considerou absurda e irresponsável a decisão de marcar o dia 24/3 para o início das aulas, “sem dizer onde”. “Não quero voltar para a EACH nesta condição, me sinto desrespeitada. Se o coletivo de professores não processar a USP, vou processar individualmente”, revelou. “Temos que nos despartar da instituição”, finalizou, destacando a dimensão histórica da luta política que vem sendo conduzida pelo movimento.

Fabiana Pioker detalhou as verdades que vêm caracterizando

o comportamento da Reitoria, inclusive no relacionamento entre a SEF, agora dirigida por Osvaldo Nakao, e os membros da Comissão Ambiental, da qual a funcionária faz parte. “Mentiram quanto ao objeto do contrato com a Weber”, exemplificou. “Não iniciaram o processo de retirada da terra [contaminada]. Nomearam notáveis e ignoram a Comissão Ambiental. E agora temos de ouvir de colegas que estamos exagerando?” Foi muito aplaudida ao encerrar sua fala: “Se voltarmos para lá sem a implantação das medidas, sabe quando elas vão acontecer? Nunca!”

Direção criticada. Houve críticas à nova direção da EACH, que participou da assembleia. A diretora, professora Maria Cristina Motta de Toledo, comentou genericamente as críticas, afirmando que “todo e qualquer comentário, mesmo os mais ásperos, serão considerados uma oportunidade de aperfeiçoamento”.

A professora Michele Schultz ponderou que, embora não haja uma crise de confiança do movimento na diretoria, a mudança de postura em relação à gestão anterior não se concretizou. Na mesma linha, o professor Marcelo Nerling expressou que “não existe ruptura nem na Reitoria, nem na EACH”, verificando-se uma continuidade, e que a Congregação continua se furtando de mudar o regimento interno. Já o professor Alessandro Silva afirmou que a nova direção assumiu apenas em janeiro e que “é injusto acusá-la como se estivesse lá há anos”.

Na assembleia, Maria Cristina disse, a propósito da possível inoperância ou desinteresse da Reitoria em localizar um imóvel capaz de abrigar temporariamente a EACH, que “as buscas estão sendo feitas” e que “não é [trata-se] como] segredo”.

Encaminhamentos. Nova assembleia geral da EACH foi convocada para 17/3. Seria precedida por assembleias setoriais, que discutiriam as propostas surgidas em 10/3: 1) retirada da petição da Adusp, ou apresentação de adendo explicativo de que a petição não representa o consenso da comunidade; 2) cobrar outros órgãos responsáveis pela crise (governo, secretarias, Cetesb), encaminhando carta aberta a respeito; 3) lutar por um “Plano B”; 4) apresentação de um plano de ação, planejamento e gestão; 5) transferência de alunos para outros cursos. Confirma as decisões da setorial dos docentes na p. 2.

Inquérito do MPE traz revelações estarrecedoras

O inquérito civil 14.482.58/2005, instaurado pelo Ministério Público Estadual (MPE) para apurar irregularidades e crimes cometidos na EACH (e que resultou na ação civil pública que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública), traz revelações chocantes, como a de que o prazo de 90 dias concedido à comissão *ad hoc* nomeada em 7/11/2013 pelo então reitor J.G. Rodas com a finalidade de processar o então diretor da EACH, Jorge Boueri Filho, expirou sem que seu relatório final tenha sido apresentado.

Encerrada uma sindicância aberta contra Boueri, a Portaria Interna (portanto secreta) 1.126/2013, do reitor, determinou a instauração de processo administrativo disciplinar contra o diretor, considerando 1) “as razões expostas no relatório final da Comissão de Sindicância”, 2) provas coletadas pela Reitoria e 3) o inquérito civil instaurado pelo MPE, “sob no 358/11, para apuração de eventuais atos de improbidade administrativa praticados por ocasião do depósito das terras referidas”.

Segundo a portaria, Boueri teria, em tese, “faltado com os deveres funcionais previstos”, o que pode sujeitá-lo “inclusive à pena de demissão prevista no artigo 256, inciso II da Lei 10.261/68”. Apesar da gravidade do caso, até o fechamento desta edição nem mesmo a nova gestão da Reitoria tinha notícias a respeito do desfecho do processo, que deveria ter ocorrido em 7/2.

Os nomes dos membros da comissão processante só foram tornados públicos porque a Reitoria enviou ao MPE o teor da portaria 1.126/2013. São eles os professores Flávio Yarschell (presidente), Floriano Marques Neto e Fernando Rei Ornellas.

Ameaças. Outra revelação importante do inquérito 14.482.58/2005, atestada por diversos depoimentos, é de que o depósito ilegal de terras na EACH teve início em outubro de 2010 e estendeu-se até outubro de 2011. Estima-se que, neste intervalo de tempo, mais de 6 mil viagens de caminhão tenham sido realizadas pelas empresas de terraplanagem Ratão e Demolidora Formosa entre os locais de origem da terra contaminada e o *campus* leste. O local citado como origem é o “Templo do Rei Salomão”, da Igreja Universal do Reino de Deus,

no bairro do Brás.

Os depoimentos colhidos pela Promotoria do Meio Ambiente indicam que o diretor Boueri autorizou pessoalmente todas as operações relativas ao aterro ilegal. O chefe do setor de Planejamento e Projetos da EACH, engenheiro Luciano Piccoli, declarou que a professora Rita Giral-di, assessora do diretor da EACH, alertou Boueri por e-mail, em janeiro de 2011, de que “ele não poderia transportar e depositar terra no *campus*, pois não havia as necessárias licenças ambientais para transporte e deposição de terra”, por tratar-se de área de Área de Proteção Ambiental (APA), e que ele “deveria fazer uma licitação para a movimentação de terra”.

Piccoli relatou ao MPE que em setembro de 2013 recebeu duas ameaças por telefone: “Não fala nada se não vai sobrar pra você”, lhe disse um interlocutor que ele não conseguiu identificar.

Valter Pereira da Silva, dono da empresa Ratão e, ao que parece, principal protagonista da movimentação ilegal de terras, disse textualmente no seu depoimento: “Por determinação do governador Geraldo Alckmin, no ano de 2007 o sr. Marcos Alano, responsável pela empresa de terraplanagem Alano, retirou a calha do rio Tietê e todo o entulho oriundo da demolição do Presídio do Carandiru e os jogou na área onde hoje está instalada a USP-Zona Leste”.

Silva relatou candidamente como teve início sua relação com Boueri: “Como o declarante estava fazendo serviço de terraplanagem no Templo do Rei Salomão, do bispo Edir Macedo, precisava de um lugar para despejar terra decorrente da escavação para a construção do referido Templo (...) e como o declarante morava e mora próximo da USP-Zona Leste, em janeiro de 2011 [sic] se dirigiu até o mencionado *campus*, para ver se conseguia despejar a terra no interior do *campus*”.

Uma vez na EACH, ele entrou em contato com a professora Giral-di, que teria consultado o diretor. “Depois da autorização do professor Boueri, o declarante passou a levar caminhões de terra, terra essa proveniente do Templo do Rei Salomão, para o interior do *campus* da USP-Leste”. Todos os ajustes foram verbais, sem contrato escrito.

Reunião entre Adusp e Chefia de Gabinete

No dia 12/3, a diretoria da Adusp, representada pelos professores Ciro Correia, César Minto e Francisco Miraglia, reuniu-se novamente com o chefe de gabinete, professor José Drugowich, para dar continuidade aos pontos de pauta com a Reitoria, em função das reuniões havidas em 6/2 e 19/2 (<http://goo.gl/wtxkai>).

No início da reunião, entregamos ao chefe de gabinete cópia (com todos os anexos) da petição da Adusp enviada à juíza responsável pelo processo de interdição do campus da EACH (<http://bit.ly/1o2Z1Kn>). Neste documento, a Adusp reforça a advertência da Comissão Ambiental quanto aos riscos de retorno ao campus leste sem que tenham sido tomadas todas as 13 medidas preventivas e de remediação recomendadas pela Cetesb (vide p. 3).

Em seguida, diante da postura adotada até agora pela Reitoria e da gravidade das decisões anunciadas ou deliberadas no Conselho Universitário (Co), foram apresentadas as seguintes reivindicações:

- que as deliberações dos colegiados centrais e órgãos da Reitoria sejam publicadas e divulgadas amplamente, evitando a eclosão de inúmeras versões e dúvidas;
- agendamento de audiência com o reitor, antes da reunião do Co de 25/3, para tratar de temas de interesse geral dos docentes e da universidade: democratização, situação orçamentária, salários, mudanças na graduação e pós-graduação, entre outros.

Drugowich manifestou acordo com as reivindicações. Sobre a audiência com o reitor declarou que, em princípio, não vê problemas para agendá-la, havendo apenas a necessidade de compatibilizar agendas.

Na sequência, tratou-se dos seguintes tópicos e solicitações:

- Pedimos cópia do contrato, documentos de adesão e planos de benefícios do regime de previdência complementar dos docentes, documentos estes que deverão ser enviados à Adusp. Além disso, solicitamos esclarecimentos acerca da relação das universidades com o regime de previdência complementar, como por exemplo quem é o responsável pela administração do fundo correspondente à contribuição de seus servidores. A chefia de gabinete ficou de prestar tais esclarecimentos.

- Informações sobre docentes ainda sob contratos precários ou de situações onde haja contratos para o exercício de funções docentes ou equivalentes sem a de-

vida caracterização, a exemplo do que já ocorreu no Hospital Universitário ou nos museus. A chefia de gabinete ficou de nos enviar uma listagem desses casos, adiantando que permanecem em contrato precário cerca de 50 docentes que, por algum motivo, não se apresentaram para os concursos abertos na década passada.

- Esclarecimentos acerca do resultado da comissão de sindicância instaurada para apurar o envolvimento do professor Jorge Boueri, ex-diretor da EACH, em crimes ambientais. O prazo para o parecer da comissão encerrou-se em 7/2/2014 e até agora não se tem notícia da conclusão (vide p. 4). O chefe de gabinete informou-nos que a comissão já teria sido instada a encaminhar o parecer e que enviará o resultado à Adusp,

assim que disponível.

- Insistimos no fato de que a cobrança de Imposto de Renda sobre o terço de férias contraria deliberação expressa do STF. A assessoria jurídica da USP insiste em aconselhar a Reitoria a desrespeitar preceito estabelecido em última instância, péssimo exemplo por parte de uma universidade pública. Informamos que a Adusp ajuizou ação civil contra a USP para cessação desta conduta e restituição dos valores cobrados.

- Fomos informados pelo chefe de gabinete de que está suspensa a 4ª etapa da Progressão Horizontal na carreira docente, aguardando debate e resolução pelo Co. A razão alegada para tal suspensão seria o descumprimento por J. G. Rodas de resolução do Co de submeter a questão da nova carreira

a uma avaliação ainda em 2013. Cabe lembrar que tanto a Adusp quanto várias congregações aprovaram propostas de modificações da carreira, inclusive de retorno ao formato anterior, mas o assunto jamais foi pautado.

- Na notícia “Empresário morre afogado durante aula em raia da USP”, veiculada pela *Folha de S. Paulo* em 20/2/14 (p. 3, Cotidiano), afirma-se: “O Corinthians é o responsável pela raia olímpica”. Face à falta de esclarecimento público por parte da USP, a Adusp encaminhou ofício à Reitoria solicitando informações. O chefe de gabinete disse que já havia iniciado contatos para verificar a questão da “responsabilidade” pela raia olímpica e ficou de enviar resposta à Adusp no prazo mais breve possível.

Reunião entre Adusp e comissão *ad hoc* da Reitoria

No dia 11/3, a convite da comissão *ad hoc* indicada pelo reitor para coordenar contatos com os diversos segmentos acerca de mudanças na forma de exercício do poder na universidade, a diretoria da Adusp, representada por Ciro Correia, César Minto e Francisco Miraglia, reuniu-se com esta comissão para troca de ideias sobre a conjuntura, as dificuldades e perspectivas em relação ao Conselho Universitário (Co) de 25/3, que de acordo com a resolução de 1º/10/13, deve debater propostas de encaminhamento desta questão.

Inicialmente, fomos informados que portaria do reitor de 7/3 havia incumbido a referida comissão, composta por Ana Lúcia Duarte Lanna, Brasília João Sallum Júnior, Carlos Alberto Martins, Lisete Arelaro e Valéria de Marco, de “sistematizar as sugestões de temas e procedimentos para tal reunião, a serem apresentadas pelas Unidades e Órgãos da Universidade”, tendo em vista a reunião do Co de 25/3, que tratará do tema “Governança na USP”.

A seguir, a comissão informou as datas previstas para as próximas reuniões do Co (25/3, 20/5, 10/6, 19/8, 18/11 e 9/12) e destacou os pontos por ela adotados como diretrizes internas de trabalho, na perspectiva de:

- 1 - estabelecimento de um Temário Básico, a partir das contribuições advindas das uni-

dades e órgãos da universidade;

2 – adoção de formas, processos e mecanismos para ampliar a participação do corpo da universidade (docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes) no processo;

3 – criação, a partir da reunião do Co de 25/3, de uma ordenação deste processo de debate que se inicia.

Após este destaque, a comissão nos informou que entende que deva ser extinta a partir da reunião de 25/3.

A diretoria da Adusp manifestou preocupação com:

- o eventual estabelecimento de um temário básico excludente, defendendo que se defina apenas um conjunto de eixos fundamentais de debate;

- o conteúdo da circular inicial emitida pela Secretaria Geral, solicitando contribuições para mudança de Estatuto, a serem discutidas no Co de 25/3, induzindo uma perspectiva, politicamente inadequada, de que as eventuais mudanças dar-se-iam no curto prazo e de forma açodada, algo a ser evitado por todos;

- as forças internas ao Co, cuja diretriz política é manter tudo como está e colocar obstáculos a qualquer movimento de abertura ou democratização das relações sociais e de poder na USP;

- a necessidade de que o processo de debate sobre a construção de mecanismos democráti-

cos, transparentes e republicanos de condução da universidade garanta a possibilidade de reflexão e expressão da variedade de concepções sobre a condução, a finalidade e as atividades-fim da universidade pública, inclusive acerca das formas de deliberação final legítima sobre as mudanças no Estatuto e Regimento;

- a complexidade da conjuntura política em 2014, que envolve a Copa do Mundo, eleições e, provavelmente, a volta de mobilizações de rua intensas, como em junho de 2013.

Registradas estas preocupações, algumas das quais também são de membros da comissão, mencionou-se que há iniciativas em diversas unidades de propor na reunião do Co de 25/3 a constituição de uma comissão do colegiado, composta por docentes, estudantes e funcionários, que coordenaria o processo de organização do debate aprofundado na instituição acerca de todos os temas centrais que constituem o tecido social, cultural e político da democratização da USP.

A diretoria da Adusp registrou que, caso tal comissão venha a ser criada em 25/3, considerava importante que constasse de suas atribuições, explicitamente, a busca de interlocução sistemática com as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes de graduação e pós-graduação.

Na USP de Ribeirão Preto, alunos desafiam proibição e plantam mudas na floresta

Um numeroso grupo de alunos da USP de Ribeirão Preto plantou mudas na floresta do *campus* em 27/2 e 11/3, seguindo todos os critérios previstos no Projeto do Banco Genético. Foram plantadas mudas que estavam prontas no viveiro, mas cujo plantio não recebia autorização da Prefeitura do *campus* (PUSP-RP).

O Banco Genético era coordenado pelo GT Floresta, que fazia parte da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da PUSP-RP. Porém, em razão das alterações introduzidas no seu regimento, aprovadas pelo Conselho Gestor do *campus* em dezembro de 2013, a CMA deixou de contar com representação docente e o GT Floresta foi extinto (vide <http://goo.gl/ZZjC5L>).

O plantio “rebelde” foi uma forma de protesto dos alunos contra os ataques da PUSP-RP à política ambiental do *campus*. No dia 27/2, o Centro Estudantil de Biologia (CEB) convocou uma reunião de estudantes, docentes e funcionários com a finalidade de discutir as questões ambientais. “Recentemente o regimento da CMA foi alterado sem que houvesse uma discussão ampla com a comunidade da USP acerca dos impactos resultantes das mudanças propostas para as questões ambientais do *campus*”, explicou o CEB na convocatória.

A discussão ocorreu em uma das salas do Centro Didático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FCLRP), com a participação de dezenas de alunos, além de funcionários e vários docentes. O professor Marcelo Pereira, ex-presidente da CMA, fez uma apresentação a respeito das atribuições da comissão e das alterações realizadas no regimento.

Entulho asfáltico. Um exemplo das agressões que a floresta vem sofrendo, por ação ou omissão da PUSP-RP, é o despejo de entulho de asfalto em uma estrada de terra que corta a floresta.

O entulho impede que a Guarda Universitária, ao fazer suas rondas, transite por essa estrada, que é estreita e permite a passagem de um só veículo por vez. Sua finalidade principal é permitir a passagem de caminhões-bomba em caso de incêndio.

Sindicância. Embora a PUSP-RP tenha informado em Nota de Esclarecimento, de 12/12/2013,



Estudantes da USP de Ribeirão Preto durante plantio de mudas na floresta do campus

a propósito das denúncias sobre pagamento ilegal de R\$ 456 mil a uma empresa contratada (vide

<http://goo.gl/LGYTx0>), que a Divisão de Finanças havia sido submetida a uma “auditoria solicitada por este Prefeito ao Departamento Financeiro da USP em 17 de setembro de 2012”, e que “os procedimentos do setor já estão sob avaliação”, até agora não revelou os resultados dessas apurações.

Consultado a respeito pelo *Informativo Adusp*, o professor Osvaldo Bezzon, prefeito do *campus*, declarou que está “aguardando o processo com as instruções da Procuradoria Geral”. “A auditoria no contrato de

áreas verdes, objeto da denúncia, já foi concluída pelo Departamento de Finanças da Reitoria, que encaminhou o processo à Procuradoria Geral da USP para análise e, se for o caso, informar as providências a serem tomadas no âmbito da Universidade”.

Sobre o aditamento ao contrato original, no valor de R\$ 847 mil, firmado pelo próprio Bezzon em junho de 2013, ele revelou que “também passa por auditoria e, quando todos os trabalhos forem concluídos, faremos os devidos esclarecimentos”.

Frente Parlamentar defende instituições públicas de pesquisa

O descaso e a ausência de políticas públicas do governo do Estado em relação aos institutos públicos de pesquisa e às fundações públicas, responsáveis por boa parte da produção científica nacional, mobilizou parlamentares, servidores públicos, entidades representativas dos trabalhadores e lideranças da sociedade civil para a formação de uma Frente Parlamentar para defendê-los. O ato de lançamento da Frente, presidida pelo deputado estadual Carlos Neder (PT), ocorreu em 13/3 na Assembleia Legislativa (Alesp).

“Todas as conquistas das sociedades humanas resultam de seus esforços advindos do desenvolvimento gradual e contínuo da ciência e da tecnologia. Todos os bens que consumimos, assim como todos os equipamentos necessários à nossa vida em sociedade, só exis-

tem graças aos resultados alcançados por meio da pesquisa científica e tecnológica”, destaca o Manifesto de criação da Frente Parlamentar, destinado a esclarecer a população paulista a respeito da questão (<http://bit.ly/1d2UnWa>).

A mobilização do funcionalismo se intensificou em outubro de 2013, quando trabalhadores do Centro de Estudo e Pesquisa de Administração Municipal (Cepam), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) denunciaram a tentativa do governo Geraldo Alckmin de fundir as entidades, o que levaria inevitavelmente à precarização da infraestrutura e das condições de trabalho, e se somaria ao processo de sucateamento que já está em andamento devido à ausência de

concursos públicos e de financiamentos. Para muitos, a fusão das três entidades pode significar sua extinção futura (*Informativo Adusp* 375, <http://goo.gl/Ddb6gS>).

Sonegação fiscal. O Manifesto também acusa o governo do Estado de se preocupar mais com a administração de recursos financeiros, que gerou as causas alegadas para a fusão das entidades, do que com o interesse público das pesquisas que produzem.

Participaram do lançamento da Frente, no Auditório Franco Montoro na Alesp, além dos deputados Neder e Antonio Mentor (PT-SP), Otávio Mercadante, ex-diretor do Instituto Butantã, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, e dirigentes de diversos sindicatos e associações do funcionalismo.

Na sua intervenção, o profes-

sor Ciro reforçou a importância das instituições públicas de pesquisa, fazendo um contraponto entre as fundações públicas e as pseudofundações privadas, autointituladas “fundações de apoio”. Assinalou que a alegação de contenção de despesas não se justifica, mesmo porque não há esforço efetivo do governo para combater a sonegação fiscal. Anunciou que a Adusp somará forças nessa luta, por entender que as universidades públicas fazem parte do sistema estadual de ensino, ciência e pesquisa, e não estão imunes ao processo de desfinanciamento da pesquisa pública e às ameaças de “tratamento” indevido das instituições públicas, como infelizmente tão bem ilustra a crise ambiental em curso na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).